

PROCESSO - A.I. Nº 02302344/93
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - COMERCIAL DE PLÁSTICOS PAULISTA LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 3ª JJF nº 0394/01
ORIGEM - INFAZ TEIXEIRA DE FREITAS
INTERNET - 10.04.02

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0146-11/02

EMENTA: ICMS. NULIDADE. ARBITRAMENTO. INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCEDIMENTO LEGAL VINCULADO. Não ficou comprovada nos autos a imprescindibilidade para aplicação do método de arbitramento. Poderiam ter sido utilizados outros procedimentos fiscais. Decisão mantida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A teor do art.169, inciso I, alínea “a, item 1, do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal - aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, vem o presente processo a esta Câmara para reexame da Decisão exarada pela 3ª JJF, através do Acórdão nº 0394/01, que julgou NULO o Auto de Infração epigrafado.

O Auto de Infração foi lavrado exigindo imposto do recorrido, apurado através de arbitramento da base de cálculo, em virtude da constatação de distorções na Conta “Mercadorias”, no exercício de 1992.

A Decisão Recorrida – fls. 81 a 82 – foi no sentido de julgar nulo o Auto de Infração, utilizando-se da seguinte fundamentação, que ora transcrevemos:

“Inicialmente devemos registrar que o entendimento do Egrégio Conselho de Fazenda Estadual, é de que o arbitramento da base de cálculo é Recurso extremo a ser utilizado pelo fisco, quando da impossibilidade de apuração por outros meios da base de cálculo do imposto sonogado.

No presente caso, concordo com o Parecer da ASTEC, que constatou que o procedimento adotado pelo autuante não está de acordo com o que preceitua as normas contidas no RICMS, haja visto que o referido regulamento não institui atualização monetária para se determinar o lucro na conta mercadoria. Ainda que se constataste prejuízo na conta de mercadoria identificar-se-ia tão somente um indício de irregularidade, (em decorrência de contrariar o princípio de normalidade), a qual poderia ser identificado através do desenvolvimento dos roteiros normais de fiscalização tais como: auditoria de estoque, auditoria do passivo, auditoria das disponibilidades, etc.

Portanto, está evidente que no presente processo, não ficou demonstrado a impossibilidade de desenvolvimento de qualquer roteiro normal de fiscalização, pelo que, voto pela NULIDADE do Auto de Infração”.

VOTO

Da análise dos autos, entendemos que não merece reparos a Decisão Recorrida, visto que restou comprovado nos autos, conforme Parecer exarado pela ASTEC, inserto à fl. 79, que o arbitramento aplicado não pode subsistir, visto que o autuante não trouxe aos autos elementos para demonstrar a impossibilidade de proceder outros métodos de fiscalização. Ressalte-se que a diligência realizada também apurou que inexistia distorção na conta mercadorias, mote para o arbitramento aplicado. Por outro lado, ressalte-se, ainda, que se este fato ficasse comprovado, ainda assim seria tão-somente um indício de irregularidade, apurável através de outros roteiros normais de fiscalização, sem necessidade do método extremo do arbitramento.

Do exposto, somos pelo NÃO PROVIMENTO do presente Recurso de Ofício, mantendo-se e homologando-se a Decisão Recorrida.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado para manter a Decisão Recorrida e julgar **NULO** o Auto de Infração nº **02302344/93**, lavrado contra **COMERCIAL DE PLÁSTICOS PAULISTA LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de abril de 2002.

ANTÔNIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

SANDRA URÂNIA SILVA ANDRADE - RELATORA

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PROFAZ